

# **AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO EM SEBASTIÃO LEAL-PI: atores, processos e impactos sócio-culturais-ambientais<sup>1</sup>.**

Avanço de investigação em curso.

GT 05 -Desenvolvimento rural, globalização e crise.

Valéria Silva

## **RESUMO:**

Pesquisa desenvolvida no município de Sebastião Leal-PI, cidade que compõe o território conhecido como última fronteira agrícola do país. Procura apresentar as particularidades teóricas que diferenciam o agronegócio da agricultura modernizada, destacando as realidades encontradas localmente quanto às práticas da monocultura granífera. Sustentado em achados sócio-político-econômico-culturais-ambientais, consolidados através de revisão bibliográfica, entrevista semiestruturada e etnografia, o artigo questiona a adoção, pelo Estado, do agronegócio como âncora maior do desenvolvimento piauiense, apontando que os impactos negativos restam para o enfrentamento solitário por parte dos agricultores familiares da região. As limitações verificadas em campo de pesquisa aparecem traduzidas pela necessidade da migração temporária, condições precárias de trabalho, dificuldades com a regularização da posse de terra, complicações ambientais e/ou persistência da escassez.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agronegócio. Agricultura familiar. Desenvolvimento.

## **INTRODUÇÃO**

O Nordeste do Brasil tem sido historicamente mantido à margem dos grandes projetos nacionais de desenvolvimento encampados ou estimulados pelo Estado Brasileiro. Tal escolha política tem gerado um quadro de dificuldades materiais e de complexidade simbólica, implicando em precárias condições de vida para significativa parcela da população e, ao mesmo tempo, vinculando a região à ideia de atraso. Nas últimas décadas o Nordeste vem ocupando outro lugar dentro das novas iniciativas de produção verificadas na região e da gestão governamental dos investimentos públicos, especialmente para os setores que se dizem atuar no enfrentamento do subdesenvolvimento e da pobreza.

Além dos estímulos vultosos destinados às atividades do turismo no litoral, encontramos no interior da região pesados investimentos governamentais às iniciativas voltadas para a mineração, a carvoaria e outros, mas os aportes maiores se destinam à monocultura granífera, ancorada na produção da soja e, no geral, capitaneada por agricultores oriundos da região sul e sudeste do Brasil. Nesse contexto, o avanço do agronegócio em diversos estados do Nordeste, em territórios até recentemente referenciados nas práticas da agricultura familiar, mostra-se como o agente de maior importância quanto às profundas modificações experimentadas pelos ambientes em que aportam.

O Piauí, como o mais recente participante desse processo, experimenta um momento histórico de profundas modificações em função da presença dos grandes projetos de desenvolvimento,

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada com recursos do CNPq/Brasil.

especialmente, no seu meio rural. Além da presença das grandes empresas do agronegócio, de mineração, do turismo, também contribuem para as bruscas mudanças a correspondente instalação de condições de infra-estrutura, como a construção de barragens e de grande ferrovia, as quais também geram impactos consideráveis junto às populações locais.

Compondo o que já se conhece por Mapitoba<sup>2</sup>, o sudoeste piauiense desponta como o mais promissor dos produtores de soja da região, chamando a atenção dos grandes investidores do setor, inclusive das grandes *trades* do agronegócio. Nas localidades em que se instalam os projetos do agronegócio concorrem para alterar em definitivo a sociedade local, em vista da envergadura das ações que desencadeia. Esse fenômeno torna relevante buscar compreender os impactos e significados do fenômeno para as populações dos municípios em questão, no que se refere à produção e circulação de bens, às relações de trabalho e de consumo, às concepções de tempo e espaço, à paisagem, aos códigos, práticas e processos culturais e, especialmente, às condições de vida das populações. É o que buscamos delinear neste artigo.

A reflexão aqui desenvolvida constitui parte de uma pesquisa maior, que busca compreender quais as mediações que os processos identitários juvenis rurais estabelecem com as novas realidades do campo piauiense no que se refere à reprodução ou não da vida ancorada nos parâmetros da agricultura familiar ainda vigente em cinco localidades rurais que formam o Rego da Prata: Roça Nova, Jenipapo, Vereda dos Tinguís, Chapada e Nova Olinda. A primeira fase, iniciada em agosto de 2010 e já concluída, foi sequenciada pela atual investigação a qual vem sendo construída, assim como a anterior, a partir de estratégias qualitativas de pesquisa, mais especificamente a etnografia, a entrevista semiestruturada, a entrevista grupal, a revisão de literatura e a utilização de documentos.

Neste momento da pesquisa já é possível indicar que o agronegócio desenvolvido em Sebastião Leal insere-se na mesma lógica de implementação verificada no resto do país, colocando em questão as possíveis resultantes prometidas quanto ao desenvolvimento local. Nesse contexto, há que se perguntar: em que medida o discurso hegemônico de que a soja traz o desenvolvimento se materializa no cotidiano dos locais? Por enquanto, é possível dizer que os impactos visíveis se mostram como dificuldades para o meio ambiente, especulação fundiária e problemas quanto às relações de trabalho existentes nas fazendas de soja locais.

## **1. O agronegócio: nova realidade no campo brasileiro e piauiense.**

O meio rural brasileiro, originalmente ancorado na experiência da cultura do provisionamento e partilhando processos produtivos e formas de trabalho assentados no grupo familiar e em técnicas primárias, em contextos onde o mais comum era gerenciar a escassez (WANDERLEY, 1996), mais recentemente passou a conviver com a realidade do *agrobusiness* (ou agronegócio). Sendo um tipo de produção que privilegia a monocultura, o largo uso da mecanização e dos insumos modernos, além de introduzir o processo de industrialização no campo (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2009), o agronegócio instala novas realidades quanto às paisagens, aos processos de trabalho, ao consumo e às sociabilidades.

No Brasil, a ideia de uma agricultura de algum modo articulada a práticas industriais surge no fim da década de setenta, com o advento conhecido como a modernização da agricultura brasileira, o qual se colocava como modelo de superação da agricultura tradicional vigente (HEREDIA et.al. 2009). A revisão de literatura aponta que no fim da década de oitenta e nos anos noventa os estudiosos do assunto - pontuando a integração agricultura/indústria vigente - passaram a denominar como

---

<sup>2</sup> A última fronteira agrícola do país, composta pelos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia.

agroindústria a realidade resultante do advento da modernização, retirando a força denotativa que o termo agricultura ou agropecuária possuíam para expressar as práticas produtivas agrárias.

Combinando num só conglomerado, cada vez com maior intensidade, a produção dos insumos e produtos, o percurso da modernização encetada ganhou uma nova abordagem nos anos noventa. A perda de espaço da dimensão agrícola e o conseqüente incremento das atividades industriais no seio dos conglomerados de produção fizeram com que associações de produtores e demais implicados passassem a utilizar o termo *agribusiness* ou agronegócio para designar a configuração que assumia a nova agricultura. Tal expressão procurava qualificar a diversidade de atividades produtivas a que se dedicavam, de natureza agrícola e industrial, com predominância da última, e também as novidades relativas ao gerenciamento que se interpunha ao processo produtivo.

Um ponto que marca diferenças do agronegócio em relação à agricultura moderna são as relações comerciais verificadas tanto no mercado interno, quanto no mercado externo e ainda na articulação entre ambos. A facilidade de interação estabelecida pela internet, demais possibilidades digitais e as facilidades de deslocamento colocam em contato cotidiano um sem-número de produtores e consumidores, estabelecendo uma dinâmica feroz de disputa nacional e internacional de preços e nichos de mercados. A necessidade de redução dos preços para manter a competitividade e a diversidade de alternativas de negociação com fornecedores de todos os pontos do globo tem levado as empresas, também do agronegócio, a novos rearranjos produtivos e comerciais com vistas à permanência no mercado, bem como à ampliação de participação nos mesmos. É nesse ambiente que surgem as grandes *trades* do agronegócio, articulando uma cadeia de atividades implicadas no processo de produção e comercialização das safras. As iniciativas englobam as áreas de financiamento, processo de produção, insumos agrícolas, equipamentos, beneficiamento, comercialização final do produto, logística portuária etc. Articuladas com as novas posturas gerenciais dos mercados, as *trades* integram, em um mesmo conglomerado multinacional de negócios, empresas denominadas de ‘parceiras’, originárias de diversos pontos do país e do mundo, reunindo no seu interior uma diversidade de atividades do mercado *agribusiness*.

No sudoeste do Piauí estão presentes três das grandes empresas, quais sejam: a ADM, a Cargill e a Bunge, sendo esta última aquela com maior importância por contar, inclusive, com unidade de processamento de grãos na cidade de Uruçuí. Ali articula a compra da maioria da produção de soja, milho e algodão da região e processa especialmente a soja produzida, entregando aos compradores nacionais e estrangeiros a pasta de grãos já amassada ou o óleo sem beneficiamento. Trata-se de uma empresa pertencente à *holding* Bunge Limited, uma companhia de Nova York-EUA, existente desde 1818. Presente no Brasil desde 1905, atualmente atua em 16 estados brasileiros, contando com 150 unidades em operação, “entre indústrias, centros de distribuição, silos e instalações portuárias. O faturamento bruto da companhia em 2010 atingiu a cifra de US\$ 14,7 bilhões”. (<http://www.bunge.com.br/empresa/perfil.asp>).

No fulcro das discussões do agronegócio, as *trades*, por um lado, são consideradas pelos produtores como indispensáveis à viabilidade e expansão dos negócios, por outro, recebem críticas de vários setores da sociedade que as responsabilizam pela intensificação das ações deletérias encontradas nas práticas do agronegócio no que diz respeito à sustentabilidade, às condições de trabalho, às possibilidades de reprodução do pequeno produtor, às mudanças locais e outros.

Algo, porém, é consensual: a presença das *trades* contribui diretamente para a definição de uma maior complexidade do campo brasileiro e piauiense. Como se faz possível ver, integrando ações de produção, financiamento, beneficiamento, transporte além de seguro e comercialização de produtos, orientadas pela macropolítica do mercado de *commodities*, as *trades* imprimem outra característica ao atual agronegócio, que é a participação direta e cotidiana dos produtores articulados – independente do tamanho, localização no país e expressão de sua produção – na dinâmica internacional do setor. Isso

ocorre por vários mecanismos, como por exemplo, por praticarem e/ou se submeterem à política de preços definida pelas bolsas dos grandes centros econômicos do mundo, por consumirem produtos de mercado também regulado pela mesma dinâmica, mas especialmente por passarem a fazer parte de uma ofensiva mercadológica de constante expansão de atuação e busca de novos mercados:

A opção pelo produtivismo colocou o país numa corrida tecnológica sem volta, onde a busca constante por mercados, principalmente de *commodities* no exterior, exige uma dinâmica e um comportamento agressivo na conquista, permanência e ampliação desses mercados. Com o advento da queda contínua dos preços relativos de *commodities* no mercado internacional globalizado, os agentes do agronegócio brasileiro são forçados a uma constante atualização tecnológica, pois necessitam cada vez mais produzir em escala para ampliar mercados e se manter competitivo através da necessária redução dos custos totais. Esta dinâmica [...] está provocando a intensificação do progresso técnico e o avanço cada vez maior na fronteira agrícola, onde espaços antes heterogêneos e fora dos circuitos de produção são cada vez mais penetrados (em muitos dos casos com a ajuda do Estado) e homogeneizados pelo processo de modernização. Neste contexto, se faz necessário reinventar o desafio de se desenvolver com sustentabilidade e internalizar a variável ambiental para que as atividades econômicas atinjam uma perenidade de longo prazo (NUNES, FILLIPE E GODEIRO, 2006, p. 2).

Ponto não menos importante a observar é a relação do agronegócio com as políticas de Estado. Tratando a relevância da questão para as recentes modificações sofridas pelo campo brasileiro, Heredia et.al. 2009 afirmam que

[...]são os enormes investimentos que põem em evidência o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão. No início essa presença se traduziu na política de terras (assentamentos), mas logo se manifesta na política de inovações tecnológicas e de pesquisa, naquilo que alguns autores denominaram como “recriação dos solos”[...] Mas, **a leitura corrente desse processo deixa – em maior ou menor grau – explícita a ideia de que as transformações operadas nessas áreas a partir do final dos anos 1980 e durante todo período seguinte foram tributárias exclusivamente da iniciativa privada...** (grifos meus).

No Piauí a questão se faz de modo diferente. Os estudos apontam que incentivos fiscais e financeiros provindos do Estado foram decisivos não apenas para viabilizar a entrada de interessados nos campos do agronegócio nos cerrados, mas principalmente concorreram para revalorizar o solo anteriormente ocupado com os projetos falidos, de plantação de caju e pecuária, assumidos por segmentos agrários financiados pela então SUDENE. (MEDEIROS e MONTEIRO, s/d; MONTEIRO e AGUIAR, 2006). A revalorização de terras adquiridas a preços simbólicos, para alguns autores, foi resultado direto da

[...] decisão do Governo do estado do Piauí em tornar a região um significativo polo de agricultura comercial, para tanto incentiva o uso de mecanismos estatais de financiamento à agropecuária e institui políticas de favorecimento à obtenção de suas vastas áreas de terras disponibilizadas através da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) a preços ditos “simbólicos”. Nesse sentido o Estado imprime uma intervenção dirigida à agropecuária que omite, por completo, a questão fundiária, limitando-se a gerar um arcabouço institucional centrado na concessão de incentivos fiscais, além de fixar outras medidas políticas de corte

nacional e/ou setorial, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o Fundo de Financiamento de Exportação (FINEX), a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), o Fundo de Investimento Getorial (FISSET), Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e programas específicos de pesquisa e extensão rural. As políticas regionais, traduzidas nas medidas governamentais destinadas à região nordestina, ainda nos anos 80, não são distintas das políticas anteriores, quais sejam, a implementação de programas especiais e do fomento aos investimentos privados através dos incentivos FINOR. (REYDON e MONTEIRO, s/d, p. 1)

A implicação das terras para a dinâmica do agronegócio no Piauí é apontada não apenas pelos estudiosos. O Grupo Flaceli, originário do Pernambuco, mas com atuação no mercado de terras nos cerrados piauienses, aponta como principal vantagem do investimento nos cerrados a “grande oferta de terras” (<http://cerradosdopiaui.com.br/?sec=vantagens>). Por fim, as entrevistas que realizamos com os proprietários e representantes das fazendas de soja de Sebastião Leal-PI confirmam que o preço de grandes extensões de terras devolutas ou terras soltas, como dizem os locais, foi o grande atrativo para migrarem do sul, sudeste e centro-oeste para os cerrados. Destacam ainda que, atualmente, o que anima o mercado de terras é a venda de glebas por parte dos pequenos proprietários rurais:

Aqui, como é o último setor agrícola do país, o que motivou a vinda pra cá foi... o maior atrativo foram os preços de mercado da terra nua... [...] ainda estava um pouco baixo em comparação aos demais grandes centro produtivos, né, como a região do Mato Grosso, da Bahia, do Paraná, que são coisas vultosas, que tem o valor muito grande. O valor por hectare aqui ainda estava atrativo. Como ainda está um pouco mais baixo [...] Na verdade, é o seguinte: a maioria das terras do cerrado, a origem é do Estado. (Carlos, gerente de fazenda de soja);

[...] E um outro benefício foi o custo da terra, né. Então, pra você ter uma ideia quando a gente tava no Goiás, nas áreas que a gente arrendava, a gente pagava pro dono da fazenda seis sacas por hectare de renda por ano, viu, e quando a gente veio pra cá, veio ver essas terras, essas terras custavam mais ou menos isso na época. Até menos do que a renda que a gente pagava lá no Goiás. Então... (Proprietário de fazenda de soja).

Também a ocupação do cerrado piauiense, assentada na monocultura da soja e no tripé grandes extensões de terras, mecanização e insumos químicos, tem provocado impactos ambientais, como o desmatamento, o aumento de emissões de gases de efeito estufa, a perda de patrimônio genético e de *habitat* de espécies nativas, a contaminação dos solos e das águas com resíduos de fertilizantes e agrotóxicos e, principalmente, a aceleração das taxas de erosão. Esses aspectos denotam importante modificação nas práticas da agricultura familiar local de Sebastião Leal. De produção orgânica - por puro distanciamento cultural da realidade dos insumos agrícolas e desnecessidade objetiva do combate químico às pragas - passou a depender dos agrotóxicos. Segundo os agricultores, o desmatamento de grandes áreas e o levantamento de barreiras químicas nos campos da agricultura granífera, fronteiriços que são à plantação da agricultura familiar, concentram as pragas nas pequenas áreas onde não há uso de agrotóxicos. Além disso, os ditos defensivos são aplicados nas plantações de soja por via aérea, fazendo com que alguma quantidade de produtos invada as áreas da agricultura familiar pelo deslocamento dos ventos. Outro agravante é que, como as áreas de soja estão localizadas nas partes altas da região, durante o período de chuvas as plantações são “lavadas”, com as águas escoando pelas roças locais, depositando ali restos de produtos químicos. Alguns estudiosos, como Dantas, 2010, já se ocupam dessa realidade, apontando que ali se encontra instalada uma premente ameaça relativa ao

ecossistema, à perda de patrimônio genético, à contaminação de solos e águas. Outros atores também se posicionam no mesmo sentido:

Quando a enxurrada veio trazendo os agrotóxicos, matou a produção de laranja, tangerina e outras coisas. A gente não tem mais nada... [...]. Uma carreira de feijão, um molhinho de arroz, tudo tem de aplicar [agrotóxico], senão não vinga... não fica um pé de nada. A gente tem de usar... e é desse plantio que a gente se alimenta. (Seu Vicente, agricultor familiar).

[...] o município de Sebastião Leal, a partir do momento em que eu vim morar aqui, em 96, a gente via que o... tinha muitas caças, né, e após assim a abertura de muitas fazendas, a gente percebe que essas caças estão desaparecendo. Então, por exemplo, a gente ia daqui pra Uruçuí, a gente percebia muitas... é... muitos veados na estrada, emas... e assim muitos e muitos outros animais, cutias...hoje praticamente a gente não vê! Você sai daqui pra Uruçuí hoje, você não tem mais mata na verdade. Você não vê mais uma mata, saindo aqui do município de Sebastião Leal para Uruçuí. Não tem, hoje é só as fazendas! Então, eu acredito que as fazendas trouxeram... trouxeram muitos recursos, mas fizeram alguns problemas no meio ambiente. (Liderança do poder municipal).

Outro aspecto da questão fundiária persiste no município, envolvendo os pequenos posseiros locais. Na ausência de demarcação de terras por parte do Estado e por meio de relações de interconhecimento, ou de poder político tradicional local, a negociação da terra se dava orientada não pela sistemática de hectares ou via documentação formal, expedida por quem de direito, mas pela unidade conhecida tradicionalmente entre os locais como **cruzeiro de posse**. Dessa maneira, as pessoas compravam tantos cruzeiros de posse daqueles reconhecidos localmente como dono das terras. Também não tinham um parâmetro fixo, e o cruzeiro vendido dependia das condições várias de negociação ou da própria avaliação/decisão pessoal do ‘dono’ de certa área, como explica um proprietário de fazenda de soja:

Naquele tempo era cruzeiro, né, entendeu!...eu vou comprar tantos cruzeiros, uma posse na Data Chapada. Eu deduzo que era mais ou menos isso [...] de onde saiu os cruzeiros de posse, de onde se originou isso, de quem comprou, né, na verdade não sei chegar nesse final, né. Mas eu sei que a Data Chapada tem muito cruzeiros de posse e tem muita gente que não tem a terra até hoje, entendeu? Então, é uma coisa indefinida. [...] antigamente podia simplesmente chegar, o cara demarcava uma área e ‘Olha, essa área aqui é minha!’. Pegava o tanto de cruzeiros de posse que ele tinha e documentava, entendeu. (Proprietário de fazenda de soja).

Não, porque é o seguinte... veja bem: o município, como é um município novo, ele não foi demarcado as datas como são chamadas, então praticamente são poucas as pessoas que tem. Eles tinham aqui um documento, com o nome de Posse de Terra. Não, não é posse... Olha é um... é um documento que hoje para o cartório não tem validade e nem para os bancos. [...] Eles chegaram e... como diz a história, aí estão, mas não tem documento, na verdade... (Liderança do executivo municipal).

Nas situações acima, o documento expedido, por fim, era mero recibo de compra e venda, tratado entre as partes interessadas. Na atualidade, essa situação implica que vários posseiros tenham suas terras incorporadas pelas grandes extensões das fazendas de soja, impedindo que os posseiros

tenham acesso aos títulos e demais oportunidades que os mesmos pudessem lhes gerar. Até aqui não há ações do Estado no sentido de garantir a propriedade dos pequenos produtores da agricultura familiar.

Assim posto, encontramos o Estado oferecendo sustentação direta à proliferação e fortalecimento de um determinado segmento do campo brasileiro por vários mecanismos, fazendo com que a ação pública, adaptações feitas aqui e ali, permaneça se posicionando como igualmente tem feito há séculos, conforme acentua Wanderley, 1995 *apud* Wanderley, 1996, p. 25:

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.

A partir das contribuições acima entendo que o agronegócio, enquanto fenômeno histórico da vida sócio-política brasileira, precisa ser compreendido, sim, enquanto produto da recente mudança da agricultura, com todas as questões técnico-operacional-mercadoológicas inclusas. Entretanto, precisa fundamentalmente ser entendido como frente que incorpora a representação “de interesse das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação” (BRUNO, 2009. p. 114) do patronato rural e agroindustrial. Introduzindo novos aspectos no seio das relações de produção do campo brasileiro, o agronegócio se configura muito mais como um novo bloco de poder que disputa recursos e hegemonia político-cultural, atualizando as relações de poder no meio rural sem, porém, modificá-las substancialmente.

É o que também encontramos no Piauí, especialmente quanto à reorganização das elites. Na atualidade, a monocultura granífera oferece suporte, inclusive, para o atual renascimento do debate acerca da divisão do Estado em dois, o Piauí e o Gurguéia<sup>3</sup>. Este último concentraria no seu território toda a economia do agronegócio, além de outras atividades, como mineração, carvoaria etc., operações hegemônicas por conglomerados nacionais ou internacionais, apoiados por segmentos político-partidários com bases eleitorais naquela região do Estado.

## **2. Outros impactos socioeconômicos do agronegócio para o município de Sebastião Leal.**

Sebastião Leal é um município situado na mesorregião do sudoeste piauiense, na microrregião de Bertolínia, distante de Teresina, capital do Piauí, 435 km (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2009). O clima local é quente e semiúmido, com as chuvas ocorrendo de novembro a maio, concentrada, entretanto, nos meses de janeiro, fevereiro e março (IBGE, 1977, *apud* IBGE, 2009), período conhecido localmente como inverno.

No último levantamento populacional Segundo dados do IBGE (2009), a estimativa da população para 2009 era de aproximadamente 4.231 mil habitantes e 942 famílias, estando distribuída numa área territorial de 3.111,103 km<sup>2</sup>, consolidando densidade populacional de 1,4 hab/km<sup>2</sup>. Do total de habitantes, 1.238 estão na faixa etária de 15 a 29 anos e das 2.993 pessoas residentes com 10 anos ou mais, 1.387 são mulheres e 1.606 são homens.

---

<sup>3</sup> Ver Projeto de Lei 439/94, que trata da criação do estado do Gurguéia. O deputado federal Júlio César de Carvalho Lima (DEM) é autor de um requerimento encaminhado à Mesa Diretora da Câmara Federal pedindo urgência na votação do citado Projeto.

Com uma rede de serviços precária e um mercado local discreto, a suposta abundância do agronegócio não potencializou a cidade a ocupar um novo patamar urbano. As tensões políticas entre os fazendeiros da soja e as elites locais, bem como a proximidade de Bertolínia, Uruçuí e de Floriano tem reservado ao município lugar de mera “porta de entrada” do corredor da soja. Mesmo não conseguindo deslanchar economicamente, essa estratégica localização tem implicado em visíveis mudanças locais, especialmente quanto ao intenso trânsito de caminhões da soja, de novos processos de trabalho, bem como avanço do desmatamento, provocando visível modificação da paisagem natural.

A literatura especializada e os próprios sujeitos implicados têm apontado que a escolha política do modelo agroindustrial em ofensiva no sudoeste piauiense no geral e em Sebastião Leal, em particular, distancia-se da orientação social da produção e, desse modo, não enfrenta os problemas mais cruciais das populações locais, como a necessidade de geração e ampliação da renda, acesso a direitos sociais e a consequente inclusão social (FUNÁGUAS, s/d). Além disso, a questão premente da ameaça ao ecossistema dos cerrados, de perda de patrimônio genético, contaminação de solos e águas, conforme já assinalado por Dantas e Monteiro (2010), sedimentam a ideia de que a ocupação dos cerrados piauienses, nos termos em que vem ocorrendo, encerra um grave problema social para as populações, conforme expressam os pequenos produtores locais:

Quando a soja se instalou veio a promessa do emprego, mas hoje a gente é mais prejudicado, do que beneficiado. Eles fazem contrato de 30, 40 dias [...] e pior é o desmatamento. [...] Até doença que não tinha aqui, era raro ouvir falar de câncer, agora tem, e muito. [...] A produção deles não serve para a comunidade. Eles não interessam em negócio pequeno. Eles não têm nenhum interesse. Eles vendem é de mil toneladas pra fora. (Seu Vicente, agricultor familiar).

Sobre empregos, justificadora dos largos incentivos recebidos pelo setor, apuramos que a geração de oportunidades é diminuta. Na maior fazenda de soja do município, com área total de 50 mil hectares, área plantada de 22.800 hectares, com previsão de 30 mil para o ano de 2012, com faturamento de mais de 30 milhões de reais em 2010, existem apenas 123 empregados, dentre os temporários e permanentes; trabalhadores de escritório e de campo. Além da oferta pequena em si, questões como a desqualificação da mão de obra, problemas de rotatividade de plantel são apontados pela empresa como justificativa da não contratação dos moradores da cidade de Sebastião Leal, sendo dali apenas 06 empregados:

Aí, a gente tem que importar gente [...] do Rio Grande do Sul, tem gente aqui do Centro-Oeste, tem gente de São Paulo, que é... não prendem o umbigo nas cidades próprias, na cidade natal. Vem pra trabalhar, pra ganhar dinheiro, pra formar cidadãos, pra crescer economicamente com sua família, marido, filhos. Ou seja, crescer na vida economicamente. E não simplesmente ficarem na metade do período, sair, receber o seguro-desemprego. [...] Os empregados que a gente contrata dessa região do Piauí e Maranhão, a rotatividade é enorme. Então tá virando um problema [...] cultural, se o governo não trabalhar isso, a tendência é piorar. (Carlos, gerente).

Além de não ampliar a margem de empregos no município, as condições que encontramos, relatadas pelos trabalhadores, em muito contribuem para a extrema precarização das relações de trabalho. Dos empregados que entramos em contato, a grande reclamação em relação a esta empresa, além do que comumente reclamam em relação às demais - como as jornadas diurnas e noturnas de 12 horas ininterruptas de trabalho no campo - é a presença de *gatos* mediando as relações com a empresa, a “humilhação” que sofrem ao se alimentarem no próprio campo e, o que mais reclamam, a impossibilidade de deixarem o alojamento ao final do expediente: “Pra dar um telefonema tem de ser



do escritório. Não posso trazer meu transporte pra cá, porque não entra transporte na fazenda. Parece mesmo que é pra deixar o cara preso aqui. O que é isso? Eu acho que é escravidão, não é não?”. (Cícero, de Balsas-MA);

Isso aqui é uma escravidão! A gente come no meio do sol quente, não tem descanso nenhum. Não pode se sentar – nem tem onde!- e tem direto um vigia controlando o que a gente faz. Por que eles chamam de coordenador, mas é mesmo é um babão, um vigia... ajunta todo mundo lá [em Balsas] e traz pra cá. Num é a fazenda que chama a gente, não. É o gato [...] Isso aqui não tem diferença nenhuma de escravidão. Ora, rapaz, eu tenho um vigia no meu pé, trabalho dia e noite, e quando acabo tudo, ainda sou obrigado a ficar aqui? Fico mais aqui, não, dona. (Leonel, de Balsas-MA).

Ele [o gato] fica só: ‘vumbora, rapaz! O que tá esperando?’. É porque ele ganha pelo que a gente faz. [...] queria que a gente batesse o ponto na hora que largasse o serviço. Até chegar aqui pra comer, já acabava o tempo de descanso. Desse jeito, não tinha nem descanso, nem comida, porque o campo é bem uns 20 km daqui. Aí, eu reclamei mesmo [...]. (Clóvis, de Balsas-MA).

A escassez de postos e as dinâmicas gerenciais levam os trabalhadores de Sebastião Leal a buscar emprego em fazendas distantes de sua localidade, passando migrar temporariamente, sob condições precarizadas, à semelhança do que vige em sua cidade em relação a trabalhadores de outras cidades, posto que, no geral, as rotinas do campo do agronegócio mais possuem semelhanças do que diferenças substanciais, como afirmam: “Lá é uma humilhação muito grande. Mas a gente precisa do dinheiro e aí se obriga a ir.” (Manoel, de Sebastião Leal-PI).

Avaliando a partir dos dados consolidados em documentos e coletados junto aos atores implicados na questão, se faz possível indicar que o discurso uníssono de lideranças políticas, da mídia e de parte da própria sociedade piauiense acerca do potencial que a soja tem quanto ao desenvolvimento do Piauí precisa ser, no mínimo, melhor avaliado, posto que o significado real do que vem sendo incorporado como riqueza para os locais é questionável, como tentamos evidenciar. Por outro lado, os problemas desencadeados, pelo montante que têm e a diversidade manifesta, exigem um cuidado maior por parte dos governantes, da sociedade e da academia quando da afirmação simplista de que o agronegócio é a saída do Piauí.

Naquilo que se materializa em força política, em processos de produção e circulação de bens, o agronegócio tem-se mostrado como um dos agentes de maior potencial de alteração do Piauí, mudando-o de uma vez por todas no cenário do país, alcançando a terra, os animais, as gentes; as relações, os recursos e os costumes; o cotidiano e os projetos de futuro de todos.

No particular dos modos de vida do trabalhador do campo, relacionar-se com o jogo político, a ofensiva do mercado, a monocultura, a especulação fundiária, a realidade das *trades*, a problemática do meio ambiente, o movimento das bolsas de valores, o capital transnacional etc., além da ostensiva utilização de equipamentos e insumos, as novas rotinas de trabalho entre outras realidades menos expostas, mas igualmente postas no ambiente do agronegócio significa, inexoravelmente, mudar. Mas mudar sem, muitas vezes, compreender – *ex ante* – a razão, o rumo e a intensidade da mudança; sem poder escolher o percurso, sem decodificar o ponto de chegada ou mesmo se haverá o ponto de chegada. É lançar-se no desconhecido, na insegurança de um mundo que não está dado, mas que terá de construir, inclusive, sob as contingências forjadas no próprio caminhar.

## BIBLIOGRAFIA

- BRUNO, Regina; SEVÁ, Janaina Tude e CARNEIRO, Olavo Brandão. (2009). Agronegócio, palavra política. In. BRUNO, Regina (org.). *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, (pp. 113-30).
- DANTAS, K. P. & MONTEIRO, M.S.L. (2010, out/dez). Custos dos efeitos internos da produção de soja no cerrado piauiense. *Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, vol 48, nº 4. Recuperado em 20 de setembro de 2011, do sítio web [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032010000400006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032010000400006&script=sci_arttext)
- FUNDAÇÃO ÁGUAS DO PIAUÍ – FUNAGUAS (s/d). *Diagnóstico sobre a exploração dos cerrados piauienses*. Recuperado em 18 de maio 2010, do sítio web <http://www.funaguas.org.br/trabalhos/t3.htm>
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio Pereira. (2009, outubro). Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. In. *33º Encontro Anual da ANPOCS*. GT 41: Transformações Sociais e Projetos Políticos em Concorrência: reflexões a partir do rural. Caxambu.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. (2009). *Dados de população*.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. (2002/2003). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. *Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003*.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. (2003). *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais*.
- MEDEIROS, Eugênia Vitória e Silva de e MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. (s/d). *Corredores da biodiversidade e sua importância social e ambiental no cerrado do Piauí/Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-UFPI. Teresina. 17 p. mimeo.
- MONTEIRO, Maria do Socorro Lira e AGUIAR, Teresinha de Jesus Alves Aguiar. (2006). Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In. ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócio-espaciais*. Fortaleza: BNB. (pp. 173-209).
- NUNES, Emanuel Márcio; FILLIPE Eduardo Ernesto e GODEIRO, Kallianne Freire. (2006, maio). Agronegócio, Estado e Meio Ambiente na Economia Potiguar: uma visão crítica. *III Encontro da ANPPAS*. Brasília.
- REPÓRTER BRASIL. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. *Os impactos da soja na safra 2009/10*. (2010). Recuperado em 04 de setembro de 2011, do sítio web [http://www.reporterbrasil.com.br/estudo\\_soja\\_cma\\_reporter\\_brasil\\_2010.pdf](http://www.reporterbrasil.com.br/estudo_soja_cma_reporter_brasil_2010.pdf)
- REYDON Bastiaan Philip e MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. (s/d). *A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária*. Recuperado em 12 de abril de 2011, do sítio web <http://www.sober.org.br/palestra/12/05O265.pdf>
- \_\_\_\_ SILVA, Valéria. (2011, agosto). Rabicheiros e bazuqueiros: trânsitos identitários juvenis rurais na diáspora do agronegócio. Trabalho apresentado na *III Reunião Equatorial de Antropologia/XII Encontro de Antropólogos do Norte/Nordeste do Brasil*. Boa Vista-RR. 20 p.
- SILVA, Valéria. Diálogos Juvenis no Sudoeste Piauiense: as juventudes, o rural e a cidade. (2012, setembro). *XV Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste e Pré-Alas Brasil*. Teresina-PI. GT19 - Juventudes, territorialidades e identidades. Recuperado em 9 de dezembro de 2012, do sítio web <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT19-12.pdf>

SILVA, Marlúcia Valéria da. (2011). *Pisando em terra firme(?): identidades juvenis e reprodução social na localidade rural Roça Nova, Sebastião Leal-PI*. Relatório de pós-doutoramento. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. En. *XX Encontro Anual da ANPOCS*. GT 17: Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, outubro de 1996. Recuperado em 25 de agosto de 2010, do sítio web [http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&source=hp&q=ra%C3%ADzeshist%C3%B3ricas+do+campesinato+brasileiro&aq=0&aql=&oq=Ra%C3%ADzes+Hist%C3%B3ricas+do+Campesinato+Brasileiro&gs\\_rfai=](http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&source=hp&q=ra%C3%ADzeshist%C3%B3ricas+do+campesinato+brasileiro&aq=0&aql=&oq=Ra%C3%ADzes+Hist%C3%B3ricas+do+Campesinato+Brasileiro&gs_rfai=)

#### OUTROS SITES CONSULTADOS

Recuperado em 9 de abril de 2012 de <http://cerradosdopiaui.com.br/?sec=vantagens>.

Recuperado em 9 de abril de 2012 de <http://www.bunge.com.br/empresa/perfil.asp>

Recuperado em 9 de abril de 2012 de <http://www.bunge.com.br/agronegocio>

Recuperado em 9 de abril de 2012 de <http://www.bungealimentos.com.br/industria>